



**LEI N.º 1.639, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.**

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a incentivar o estágio remunerado de estudantes, como fonte inspiradora de escolarização, qualidade de vida e renda familiar, e dá outras providências.”

**ALEXANDRE RUSSI**, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e Eu, **SANCIONO**, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa Municipal de Estágio no serviço público no Município de Juscimeira, aos alunos regularmente matriculados e que comprovadamente frequentem estabelecimentos de ensino superior.

**§ 1º.** O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

**§ 2º.** O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

**Art. 2º.** O Programa Municipal de Estágio será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e objetiva proporcionar oportunidades de estágios, de acordo com os critérios estabelecidos na presente lei.

**Art. 3º.** Para fins da presente Lei entende-se por:

**§ 1º. Estágio:** ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

**§ 2º. Estágio obrigatório:** aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

**§ 3º. Estágio não-obrigatório:** aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

**Art. 4º.** O início dar-se-á partir do 3º Semestre, distante 06 (seis) meses do término do curso.



**Art. 5º.** A seleção dos estagiários será realizada seguindo regulamentação própria, devendo atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Art. 6º.** O número máximo de estagiários deve observar o limite de 5% (cinco por cento) em relação aos servidores ativos do município, sendo observado:

I- Para efeitos desta lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de servidores e empregados públicos existentes na administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

II- Quando o cálculo do percentual disposto no *caput* deste artigo resultar em fração poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

III- Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

**Art. 7º.** A aceitação dos estagiários será feita com observância do disposto na Lei federal no 11.788, de 25 de setembro de 2008.

**Art. 8º.** A realização do estágio não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e o município, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, no qual deve constar, pelo menos:

I - identificação do estagiário, da instituição de ensino, do agente de integração e do curso e seu nível;

II - menção de que o estágio não acarreta qualquer vínculo empregatício;

III - valor da bolsa mensal;

IV - carga horária semanal, distribuída nos horários de funcionamento do órgão ou entidade e compatível com o horário escolar;

V - duração do estágio, que não pode exceder a dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência;

VI - obrigação de cumprir as normas disciplinares de trabalho e de preservar o sigilo das informações a que tiver acesso;



**VII** - obrigação de apresentar relatórios, semestrais e final, ao dirigente da unidade onde se realizar o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhe forem cometidas;

**VIII**- assinaturas do estagiário e responsáveis pelo órgão ou entidade concedente e pela instituição de ensino;

**IX** - condições de desligamento do estagiário;

**X** - menção do convênio ou contrato a que se vincula;

**XI** - matrícula e frequência.

**Art. 9º.** O estágio deve ser acompanhado efetivamente tanto pelo orientador da instituição de ensino como por supervisor do município, comprovados por vistos nos relatórios apresentados.

**Art. 10º.** Compete ao município indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 05 (cinco) estagiários simultaneamente.

**Art. 11º.** Deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e aquelas previstas no termo de compromisso.

**Art. 12º.** A instituição de ensino e os agentes de integração são co-responsáveis em caso de descumprimento da lei municipal e da lei federal.

**Art. 13º.** A aceitação de estagiários só poderá ser efetuada se houver prévia e suficiente dotação orçamentária constante do orçamento da parte concedente do estágio.

**Art. 14º.** A jornada de atividade em estágio será definida em comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar seis horas diárias e trinta semanais.

Parágrafo único. Será considerado, para efeito de cálculo das horas de estágio para pagamento da bolsa, o controle da carga horária do estagiário.

**Art. 15º** A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá ser compatível com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha a ocorrer o estágio.

**Art. 16º** Serão concedidos aos estagiários dos órgãos da administração pública municipal, mencionados no art. 1º, caput, desta lei, os seguintes benefícios:

I – Para nível superior, Bolsa-Auxílio no valor mensal de um salário mínimo vigente, pela carga horária semanal de trinta horas semanais.

II -Recesso remunerado.

**Art. 17º.** Em caso de faltas não justificadas, será realizado o desconto relativo às horas de ausência da bolsa.

**Art. 18º.** Consideram-se faltas justificadas as que disserem respeito a motivos de saúde do estagiário com a devida comprovação através de atestado médico e as faltas motivadas por obrigações cívicas previstas em lei.

**Art. 19º.** É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

**Art. 20º.** Por interesse da administração, o recesso poderá ser concedido a partir do sexto mês de estágio e de seis em seis meses, sendo o gozo proporcional a este período.

**Parágrafo único.** Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a um ano.

**Art. 21º.** Caso o recesso não possa ser gozado em virtude do término do estágio ou por outra razão, o estagiário terá direito a indenização em pecúnia do respectivo valor.

**Art. 22º.** Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

**Art. 23º.** Ocorrerá o término do estágio:

I - Automaticamente, ao término de seu prazo;

II - A qualquer tempo, de acordo com a conveniência e interesse da parte concedente do estágio;

III - a pedido do estagiário;

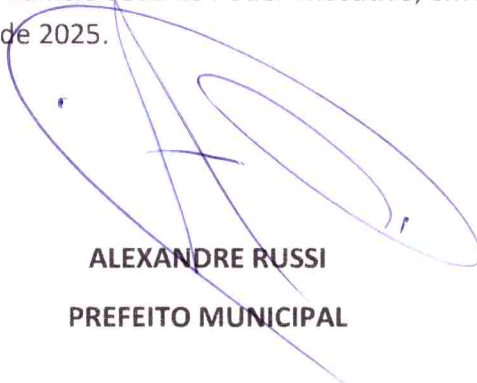
**IV** - pela interrupção ou término do curso realizado na instituição de ensino a que pertença o estagiário.

**Parágrafo único.** A interrupção voluntária do curso pelo aluno, bem como sua conclusão, devem ser informados, imediatamente, pela instituição de ensino e pelo agente de integração, ao órgão da administração pública municipal ao qual o estagiário estiver vinculado, sob pena de co-responsabilidade em eventual ação judicial.

**Art. 24º.** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias previstas em cada ano na respectiva Lei de Orçamento.

**Art. 25º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1114/2018.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Juscimeira – MT,  
aos 18 dias do mês de Setembro de 2025.



ALEXANDRE RUSSI  
PREFEITO MUNICIPAL